



ESPORTE

Inscrições para '10ª Copa Saúde Cassems de Futebol Society' já estão abertas

Página 11

SERVIDORES DO JUDICIÁRIO

Presidente do Sindijus-MS é eleito vice-presidente da CTB e fortalece luta dos trabalhadores

Página 8



Fórum convoca servidores estaduais para acompanhar negociação salarial



Fórum dos Servidores realizou panfletagem convocando a categoria para acompanhar reunião com O governo nesta segunda-feira (3) em frente à Governadoria, onde há quase 30 dias estão acampados policiais civis, em defesa do reajuste prometido pelo governador Reinaldo Azambuja. **Páginas 2, 3 e 5**

MOBILIZAÇÃO

Greve Geral: ACP mantém a luta contra retirada de direitos



Página 9

CONCURSADOS

Sintss-MS também questiona a terceirização na saúde estadual

Página 10

APOSENTADORIA DOS SERVIDORES

Estado deixou de repassar à Ageprev R\$ 33,2 milhões

Página 4

DELAÇÃO EM NÚMEROS

JBS revela que esquema nasceu em MS e somou R\$ 150 milhões

Páginas 6 e 7

Fórum dos Servidores Públicos de MS realiza panfletagem no Centro da Capital



Fórum convoca servidores estaduais para anúncio do reajuste salarial

Os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul deliberaram por intensificar as mobilizações até a data da reunião com o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), marcada para o dia 3 de julho (segunda-feira), às 14h, na Governadoria, pressionando pelo reajuste salarial dos servidores representados, que somam mais de 40 mil trabalhadores.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Ainda que prevista para o início do mês, os coordenadores do Fórum articularam na semana passada juntamente à Comissão Mista — composta por deputados estaduais e dirigentes sindicais para auxiliar na negociação salarial — a tentativa de antecipar a reunião em virtude



Fórum dos Servidores Públicos de MS deliberou por intensificar as mobilizações até a data da reunião com o governador de o Senado Federal

Data e Horário

A reunião com o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) está marcada para o dia 3 de julho (segunda-feira), às 14h, na Governadoria.

aprovar projeto sobre a renegociação de dívidas dos Estados com bancos, entre eles o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), sendo umas das condições do governo para disponibilizar aos servidores a reposição inflacionária.

Dessa forma, os dirigentes sindicais e representantes de classe que integram o Fórum dos Servidores se reuniram na

manhã de sexta-feira (23), na sede do SINDIJUS-MS (Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul), para analisar a conjuntura das mobilizações.

O coordenador-geral do Fórum, Fabiano Reis, ressaltou a importância de apoiar e fortalecer as mobilizações das categorias. “Vamos continuar articulando no fortalecimento das ações das lideranças sindicais, como

o acampamento do Sinpol que está completando quase 20 dias na luta por melhores condições aos servidores”.

“Estamos buscando antecipar a reunião com o governador, por isso é importante que os servidores fiquem atentos às convocações de seus sindicatos por meio dos sites e redes sociais. Agora é momento de nos unirmos!”, complementou Fabiano.

Mobilizações

Os integrantes do Fórum dos Servidores vão reforçar as visitas no acampamento do Sinpol, além de convocar suas categorias para aderir ao movimento. Também serão realizadas atividades culturais com atrações regionais.

Foi acertada também a panfletagem de informativos no domingo (2), como forma de divulgar e convocar mais servidores para participar das ações.

Estado deixou de repassar à Ageprev R\$ 33,2 milhões

II Em maio o Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul, com base na ata da segunda reunião do Conprev (Conselho Estadual da Previdência de Mato Grosso do Sul), denunciou ao Ministério Público Estadual e Federal a falta de repasses à Ageprev-MS (Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul), no valor aproximado de R\$ 33,2 milhões, referentes a novembro de 2016 a maio deste ano.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Valor que garante a aposentadoria dos servidores que entram para o Estado depois de 2012, quando entrou em vigor a nova lei.

Parte deste valor foi pago pelos servidores estaduais, que con-



Saldo devedor ultrapassou R\$ 33 milhões e será pago com juros

tribuem com 11% do salário para garantir a aposentadoria futura.

Além deste percentual, o Poder Executivo é obrigado a dar contrapartida

de 22%, mas que também não é feita desde novembro.

AZAMBUJA FICOU 7 MESES SEM REPASSAR A CONTRIBUIÇÃO

Saldo devedor ultrapassou R\$ 33 milhões e será pago com juros.

2016 a maio deste ano, conforme a denúncia.

Diante da manifestação do Fórum que pediu aos órgãos fiscalizadores uma investigação sobre a utilização do dinheiro da previdência dos servidores e da repercussão negativa na mídia o governo publicou no Diário Oficial de quarta-feira (28) um extrato de confissão de débitos previdenciários, no valor de R\$ 33,2 milhões, que serão pagos com juros e multas.

De acordo com a publicação o governo assume que a dívida é resultado de repasses que não foram feitos à Ageprev-MS (Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul) de novembro de

A assessoria do governo explicou que os valores são correspondentes à contribuição patronal e devidos e não repassados ao RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) dos servidores públicos que ingressaram no quadro de funcionários do Estado a partir de junho de 2012.

O governo alega que o atraso da contribuição não causou prejuízo, além do que a cota do servidor não está atrasada e não terá nenhuma implicação, e comprometeu-se a pagar todas as parcelas em atraso com acréscimo de 2% de multa acrescidos de juros de 1% ao mês.



Fórum dos Servidores Públicos de MS denunciou ao Ministério Público Estadual e Federal a falta de repasses à Ageprev-MS



PROTESTO: Acampamento dos policiais civis já chega há quase 30 dias em frente a Governadoria

Da Redação
servidorpublico.ms@gmail.com

II Há mais de 25 dias o acampamento do Sinpol-MS persiste montado em frente à Governadoria com a participação de policiais civis da Capital e do interior na escala de revezamento. “Agradecemos a participação de cada colega que com garra está lutando pela valorização da carreira, enfrentando frio, chuva e até mesmo grandes distâncias para contribuir na manifestação. Certamente a nossa união nos trará a

vitória e a avaliação que temos é que o acampamento está cumprindo seu objetivo, pois está recebendo o apoio de toda a sociedade e de outras entidades de classe e, sobretudo, está incomodando o governo estadual, que a todo momento tenta desqualificar a nossa mobilização. Não desistiremos mesmo diante de todas as dificuldades e não levantaremos acampamento até que o governo estadual cumpra os compromissos firmados conosco”, declarou o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda.



Acampamento do Sinpol-MS persiste montado em frente à Governadoria com a participação de policiais civis da Capital e do interior



W Agradecemos a participação de cada colega que com garra está lutando pela valorização da carreira, enfrentando frio, chuva e até mesmo grandes distâncias para contribuir na manifestação. Certamente a nossa união nos trará a vitória e a avaliação que temos é que o acampamento está cumprindo seu objetivo, pois está recebendo o apoio de toda a sociedade e de outras entidades de classe”

Giancarlo Miranda
Presidente do Sinpol

Delação em números: JBS revela que esquema nasceu

Os ex-governadores Zeca do PT, André Puccinelli (PMDB) e o atual Reinaldo Azambuja (PSDB) foram citados na delação da JBS deste ano, em suposto esquema de propina que, segundo os irmãos Wesley e Joesley Batista, nasceu em Mato Grosso do Sul.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A delação espanta não somente pelo protagonismo do Estado, mas pelos

números. São mais de R\$ 150 milhões em supostas propinas, 31 políticos estaduais utilizando recursos do gigante do setor frigorífico nas campanhas eleitorais e 251 emissores de notas fiscais que seriam frias para 'esquentar' os repasses.

O escândalo se tornou nacional quando empresários do Estado revelaram que o esquema poderia envolver a cúpula do governo de Reinaldo Azambuja, no programa Fantástico, da Rede Globo.



Na Justiça

As denúncias passam por análise junto com a Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal). Aos poucos, irregularidades apontadas são encaminhadas para providências no MPF (Ministério Público Federal) e MPE (Ministério Público Estadual), por meio de investigações em

inquéritos.

As denúncias geraram revolta na população sul-mato-grossense, que instaurou quatro pedidos de impeachment contra Reinaldo Azambuja. Todos tramitando na Assembleia Legislativa, que também instaurou a CPI da Propina.



Suposto esquema de propina que, segundo os irmãos Wesley e Joesley Batista, nasceu em Mato Grosso do Sul.

Três líderes do Executivo Estadual

No depoimento, prestado em 4 de maio de 2017 aos membros da Procuradoria-Geral da República Fernando Antonio Oliveira e Sergio Bruno Fernandes, Wesley revelou que funcionaria em MS um esquema de pagamento de propina em troca de redução da alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O sistema de distribuição de propinas funcionaria desde o governo de Zeca do PT, passando pela gestão de André Puccinelli

(PMDB) e ainda em voga na administração de Reinaldo Azambuja (PSDB).

"Mato Grosso do Sul é um esquema de benefícios fiscais para redução da alíquota do ICMS. Esse esquema começou quando o Zeca do PT foi eleito", revelou Wesley em delação gravada no último dia 4 de maio, e cujo conteúdo deixou de ser sigiloso por determinação do STF (Supremo Tribunal Federal). O conteúdo das revelações de Wesley e Joesley Batista já foi homologado pelo ministro Luiz Edson Fachin.

No termo de declaração, Wesley Batista revela que o suposto esquema de pagamento de propina em troca de incentivos fiscais em Mato Grosso do Sul começou no governo Zeca do PT e esteve vigente até o final do ano passado, já na gestão de Reinaldo Azambuja (PSDB). Em espécie, Puccinelli teria recebido R\$ 30 milhões, e levado mais R\$ 60 milhões via 'doleiro'.

Wesley revela na delação que o esquema era operado por Joesley na época do governo Zeca, que

cobrava 20% do valor do benefício de redução do ICMS, tendo como contrapartida o pagamento de propina. "Como este fato é de 2003, não temos mais o registro de quanto foi pago, nem a forma como foi pago", diz.

Entretanto, o empresário cita que em 2010, enquanto candidato a deputado, Zeca teria pego R\$ 3 milhões de Joesley para campanha, sendo R\$ 1 milhão em doação oficial e R\$ 2 milhões em espécie, no escritório da empresa em São Paulo.

sceu em MS e somou R\$ 150 milhões em propinas

Políticos e notas frias

“Quem inaugurou esse sistema (de propina) foi o governo do PT. A primeira vez que fui abordado com essa forma de operar foi em Mato Grosso do Sul, no governo do Zeca do PT. Vi uma estrutura organizada no andar de cima, com o governador”, disparou Joesley.

Considerado pelos delatores do grupo JBS como o principal intermediador da propina supostamente paga pela empresa ao Governo de Mato Grosso do Sul, Ivanildo da Cunha Miranda indicou pelo menos 251 emissores de notas fiscais que seriam frias para ‘esquentar’ os repasses. A lista tem empresas e pessoas físicas e abrange o período de 7 anos, durante o governo de André Puccinelli (PMDB), totalizando R\$ 105

milhões de pagamentos.

De acordo com a delação premiada de Wesley Batista, um dos donos da JBS, feita a PGR (Procuradoria-Geral da República) e homologada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), Ivanildo era considerado o operador de Puccinelli.

No final do governo peemedebista, segundo Wesley, Puccinelli teria se desentendido com Ivanildo e o operador do esquema passou a ser André Luiz Cance, que atuou como secretário-adjunto de Fazenda na gestão de André.

Ainda de acordo com a delação premiada, os pagamentos da JBS às empresas ocorriam por meio de notas frias, que mascaravam o repasse da propina.

Cúpula estadual

A lista inclui três pecuaristas com cargos no atual governo, entre os quais se destaca o secretário de Fazenda, Márcio da Cunha Monteiro, ex-deputado estadual, ex-prefeito de Jardim, e que também ocupou a pasta no governo de André Puccinelli. No nome dele aparece uma nota fiscal, do dia 19 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 333.223,80, relativa à compra de bois.

Monteiro licenciou-se do mandato de deputado federal para assumir novamente o comando da Secretaria de Fazenda. A pasta é responsável pela arrecadação de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), tributo que seria a moeda de troca com a JBS para o pagamento de toda essa propina. O acordo, segundo a delação, é que a empresa teria isenção fiscal e, como contrapartida, pagaria os valores irregulares aos chefes do Executivo.

Outro integrante do governo que supostamente vendeu ‘boi de mentira’ para a JBS é Nelson Cintra, ex-prefeito de Porto Murtinho, ex-presidente da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e atualmente no cargo de coordenador de Articulação com os municípios, na Subsecretaria de Relações Institucionais. No nome dele, o valor é de R\$ 296.667,00, em 03 de

novembro de 2016.

Cintra ficou conhecido no ano passado por ser acusado de assédio sexual por uma funcionária, quando comandava a Fundação de Turismo. Foi tirado do cargo e nomeado na Governadoria.

O terceiro integrante do governo de Reinaldo Azambuja que aparece na lista é Zelito Alves Ribeiro, pecuarista nomeado em fevereiro de 2015 como coordenador regional da Casa Civil. No caso dele, são três notas fiscais, segundo a relação da JBS, somando R\$ 1.758.701,00.

Aparece na lista, ainda, um ex-prefeito, ex-deputado estadual e ex-dirigente da Assomasul (Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul), Osvane Ramos, a quem é atribuída uma nota fiscal de R\$ 847.620,00, de 03/11/2016.

Outro nome é o do pecuarista Elvio Rodrigues, a quem são atribuídas transações fictícias de mais de R\$ 7,6 milhões. Elvio é da mesma cidade do governador Reinaldo Azambuja, Maracaju.

O maior volume de todos, porém, é de uma empresa só, a Buriti Comércio de Carnes, sediada em Aquidauana. Foram mais de R\$ 12 milhões no ano de 2015, em compras fictícias de carne bovina.

Ex-braço direito

No Fantástico, programa da Rede Globo, finalmente foi revelado o vídeo que agita bastidores da política sul-mato-grossense e que levou à queda do ex-secretário da Casa Civil Sérgio de Paula (PSDB). No vídeo José Ricardo Guitti, que teria sido indicado por Sérgio De Paula, aparece supostamente recebendo propina de empresários do setor de frigoríficos em troca de benefícios.

Segundo a denúncia, o governo estaria cobrando propina em troca de licença de funcionamento. De acordo com a reportagem, o dinheiro iria para o então chefe da Casa Civil, Sérgio De Paula.

José Berger, dono de fábrica que processa couro de gado, afirmou que teve as atividades de seu frigorífico suspensas em novembro e procurou o governador Reinaldo Azambuja para tratar sobre o assunto. Azambuja o teria encaminhado para Sérgio De Paula. Já De Paula indicou um mensageiro, José Ricardo Guitti, conhecido como ‘Polaco’.

Berger conta que em novembro teria entregue duas parcekas de R\$ 250 mil a Polaco, no que após os pagamentos a licença teria sido aprovada. Berger afirma que quem receberia o dinheiro no final seria



Ex-secretário Sérgio de Paula

Sérgio De Paula. “Segundo o mensageiro, ele autorizou a fazer o acerto. Foi com o aval dele”, diz Berger.

Berger afirma que uma mensalidade no valor de R\$ 150 mil estaria sendo cobrada pelo governo e, quando o pagamento cessou, a empresa teria sido multada novamente. “Foi multada em 7 milhões por sonegação”, declarou Berger.

Sérgio De Paula (PSDB), ex-chefe da Casa Civil da gestão de Reinaldo Azambuja (PSDB), foi gravado pelo empresário José Alberto Berger, que denunciou suposto esquema de extorsão para cobrança de propina em troca de benefícios fiscais no governo de Mato Grosso do Sul, dando um ‘toque’ para que ‘Polaco’, José Ricardo Guitti, fosse procurado na tentativa de recuperar concessões do governo.

No áudio, Sérgio é flagrado dando um ‘toque’, como ele mesmo define, para que o empresário converse com ‘Polaco’, que foi gravado recebendo R\$ 30 mil reais em espécie.



Ivanildo Miranda seria o ‘operador’ do ex-governador André Puccinelli

Presidente do SINDIJUS-MS é eleito vice-presidente da CTB e fortalece luta na busca de direitos dos trabalhadores

II A categoria do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) se fortaleceu ainda mais após a eleição da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB-MS), entidade da qual é filiada, para a gestão 2017/2021. O presidente do SINDIJUS-MS, Fabiano Reis, assumiu a vice-presidência da Central, representando os servidores do Judiciário e conquistando mais força e representatividade para atuar na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A eleição ocorreu durante o III Congresso Estadual CTB-MS, definindo como presidente da CTB-MS Ramiro Moisés Neto. Além de Fabiano Reis, foram eleitos na chapa 2017/2021 os filiados do SINDIJUS-MS Eunice

Caetano da Silva (Coxim) para a Secretaria para Assuntos Jurídicos do Servidor Público e Pedro Gabriel Castro Torres (São Gabriel do Oeste) para a Secretaria de Assuntos Jurídicos.

No decorrer do III Congresso Estadual aconteceu a aprovação do Regimento Interno; apresentação da conjuntura Estadual, Nacional e Internacional; discussão sobre filiação dos sindicatos; inscrição e apresentação da chapa única; prestação de contas de 2015/2016, finalizando com processo eleitoral de Eleição e Posse da Direção CTB-MS e eleição dos delegados ao III Congresso da CTB Nacional.

Segundo Fabiano Reis, a atuação como vice-presidente da CTB-MS é continuar no segmento de lutas trabalhistas. “Lutamos pela classe trabalhadora contra as



O presidente do SINDIJUS-MS, Fabiano Reis, assumiu a vice-presidência da Central, representando os servidores do Judiciário

reformas trabalhistas e previdenciária, para que não sejam retirados os direitos dos trabalhadores. Temos que fortalecer as instituições e unir forças das categorias sindicais”, afirma.

Ricardo Fróes, até então presidente estadual da CTB-MS durante a gestão 2009/2012 e 2013/2016, acredita que a nova gestão irá contribuir de forma a integrar os sindicatos urbanos e rurais do Estado à Central. “Fabiano foi indicado como vice-presidente por meio de consenso, juntamente a Ramiro Moisés, indicado para a presidência, responsável pelas categorias rurais. Fabiano será nosso interlocutor nas tratativas sindicais urbanas”, destaca.

Denise Batista é filiada da CTB-MS e acredita que esta renovação vem somar as atividades da Central em favor aos sindicalistas. “Acredito

na renovação, nesta fase difícil que o País está passando, temos que nos posicionar em favor dos trabalhadores de Mato Grosso do Sul. Esta nova coordenação irá nos representar de maneira positiva”, ressalta.

O III Congresso Estadual aconteceu na sede da Federação dos Trabalhadores em Educação de MS (Fetems).



Lutamos pela classe trabalhadora contra as reformas trabalhistas e previdenciária, para que não sejam retirados os direitos dos trabalhadores. Temos que fortalecer as instituições e unir forças das categorias sindicais”

Fabiano Reis
Presidente do Sindijus-MS



A eleição ocorreu durante o III Congresso Estadual CTB-MS

ACP mantém luta contra a retirada de direitos

A união dos trabalhadores é a força para barrar a retirada de direitos. Sob a mesma bandeira contra as reformas, em defesa das Diretas Já, do Piso 20h e da democracia, mais de 10 mil trabalhadores protestaram em Campo Grande, na sexta-feira (30). O Ato que começou na Praça Ari Coelho e percorreu as ruas do Centro da Capital de Mato Grosso do Sul faz parte das ações da Greve Geral Nacional.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Os professores de Campo Grande mostraram novamente que acreditam no poder da mobilização para barrar o ataque aos direitos dos trabalhadores. “É mais do que retirada de direitos. É falta de respeito às vitórias conquistadas por todas as categorias, pelos servidores públicos federais, estaduais e municipais, bem como de todo cidadão brasileiro. A ACP está mais uma vez na rua porque só a luta nos garante”, afirma a vice-presidente da ACP,

professora Zélia Aguiar.

Lucílio Nobre, presidente do sindicato, lembra a construção do movimento de resistência dos trabalhadores. “Mais um dia histórico, onde unimos todas as centrais sindicais, todos os sindicatos contra esse governo ilegítimo. Esse mesmo governo que já foi delatado quer sangrar os trabalhadores, tirar os nossos direitos para que, de forma mentirosa, possa parecer que o País está se desenvolvendo. O governo não tem a mesma disposição para fazer o enfrentamento contra a sonegação, contra a corrupção. Portanto, hoje damos mais um grande passo para frear essas reformas, rumo às Diretas Já e, aí sim, o povo escolher os novos caminhos para o País”, declara Nobre.

O ato em Mato Grosso do Sul contou com a presença de representantes nacionais do movimento sindical da educação. A Secretária-Geral da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), professora Fátima



O ato em Mato Grosso do Sul contou com a presença de representantes nacionais do movimento sindical da educação

tima Bezerra, falou sobre a paralisação em todo o País. “MS, como todo Brasil, está parado neste dia, principalmente os professores, os funcionários de escola, contra as reformas da previdência e trabalhista. Mas, infelizmente, esse não é o último ato. Nosso último ato vai ser derrotar as reformas e o governo Temer”, assegura Fátima Silva.

Atuante em todas as manifestações contra a retirada de direitos, a professora Olinda Conceição da Silva explica o motivo que a leva às ruas. “Nós estamos passando por um período bastante conturbado. A importância do povo vir pras ruas é justamente isso: que a gente avance nas negociações e que a nossa voz seja ouvida, não somente em MS, como em Brasília, porque as reformas que acontecem lá atingem todos os trabalhadores, inclusive da iniciativa privada. É importante vir para a rua para, pelo menos, se não pararmos as reformas, conseguirmos mais tempo para negociar, conversar, para o trabalhador não ser tão prejudicado, como já está sendo” conclui Olinda.



W Mais um dia histórico, onde unimos todas as centrais sindicais, todos os sindicatos contra esse governo ilegítimo. Esse mesmo governo que já foi delatado quer sangrar os trabalhadores, tirar os nossos direitos para que, de forma mentirosa, possa parecer que o País está se desenvolvendo. O governo não tem a mesma disposição para fazer o enfrentamento contra a sonegação, contra a corrupção. Portanto, hoje damos mais um grande passo para frear essas reformas, rumo às Diretas Já e, aí sim, o povo escolher os novos caminhos para o País”

Lucílio Nobre
Presidente da ACP



A manifestação percorreu as principais ruas do Centro da Capital de Mato Grosso do Sul

Em véspera de anúncio do reajuste pelo governo, Sintss-MS também questiona a terceirização na saúde

II O governo de Mato Grosso do Sul prometeu anunciar no dia 3 de julho uma nova política de reajuste salarial para os trabalhadores do serviço público do Estado, alegando publicamente que o reajuste zero estaria descartado.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A direção do SINTSS-MS reforça que este recuo do governo só foi conquistado pelas lutas conjuntas travadas pelo Fórum dos Servidores Públicos Estaduais, entidade que reúne sindicatos e associações representativas de mais de 45 mil pessoas, da qual o SINTSS/MS participa.

Em caso de resposta ruim do governo, o

Fórum declarou que a greve geral unificada do serviço público do Estado não está descartada.

CONCURSO PÚBLICO

A defasagem do número de funcionários concursados em diversos setores da saúde estadual já foi identificada e ao invés de o governo chamar candidatos concursados, o Poder Executivo, numerosas vezes optou pelo contrato temporário, que já foi alvo de decisões judiciais contra este procedimento, apelidado de “contratações ad eternum”.

Conforme Ricardo Bueno, Presidente do SINTSS-MS, “eles preferem a terceirização do que chamar o concursado e efetivá-lo. Dentro do Hospital Regional, por exemplo, a direção



A direção do SINTSS-MS alega que estuda medidas judiciais cabíveis, inclusive acionando o Ministério Público, já que tem concurso público realizado para o setor. No detalhe, o diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social de MS, Ricardo Bueno

sinalizou claramente em terceirizar o setor de nutrição e a lavanderia, sendo que tem concurso para isso. Que necessidade é essa que eles têm para terceirizar o serviço público? Não sabemos”.

A direção do SINTSS-MS

alega que estuda medidas judiciais cabíveis, inclusive acionando o Ministério Público, já que tem concurso público realizado para o setor, não deveriam ser usadas terceirizações para a ocupação destes cargos.

“Está mais que provada a ineficiência das terceirizações; por exemplo, fazem 15 dias que está quebrada a tomografia do Hospital Regional de Campo Grande e a empresa terceirizada sequer arrumou um local para serem feitas as tomogra-

fias. A gente espera mais seriedade do governo, já que eles falam que não têm dinheiro pra nada, estamos até agora sem saber se teremos reajuste digno e como que eles têm dinheiro para terceirizar”, questiona Bueno.

Governo estuda reter o FGTS de demitidos para bancar seguro-desemprego

Para economizar com o pagamento do seguro-desemprego, o governo estuda reter parte do FGTS dos trabalhadores demitidos sem justa causa.

A medida, em discussão no Ministério do Planejamento, prevê o parcelamento do saque da con-

ta vinculada ao Fundo e da multa de 40% em três meses. Os valores mensais seriam equivalentes ao último salário auferido pelo trabalhador na empresa. A ideia é que, se passados três meses sem conseguir outra colocação, ele possa dar entrada no pedido de seguro-desemprego.

“Caso esse trabalhador consiga um novo emprego no segundo mês após o desligamento, por exemplo, poderá antecipar o saque, recebendo a diferença de uma única vez. Atualmente, os trabalhadores demitidos sem justa causa têm direito ao saque imedia-

to e integral da conta do FGTS e da multa dos 40% (paga pelos empregadores e que incide sobre o saldo total).

Na prática, o governo quer reduzir a despesa com o pagamento do seguro-desemprego — que varia entre três e cinco parcelas, no mínimo de

R\$ 937 e máximo de R\$ 1.643. A quantidade de parcelas e o valor do benefício dependem do tempo de serviço e do salário do trabalhador.

A ideia ainda é incipiente, mas já foi discutida com técnicos do Ministério do Trabalho — responsável pelo FGTS — e

apresentada pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, a representantes do setor da construção civil há pouco mais de uma semana. Nos bastidores, fontes a par das discussões dizem que a nova regra poderá entrar em vigor imediatamente, via medida provisória.”

Inscrições para '10ª Copa Saúde Cassems de Futebol Society' começam nesta segunda-feira

Fotos: Ernesto Franco

II Começam neste segunda-feira (03), as inscrições para a décima edição da "Copa Saúde Cassems de Futebol Society". O campeonato é realizado desde 2008 e é aberto exclusivamente aos servidores públicos estaduais. A Copa Cassems tem o objetivo de promover a saúde por meio da prática de esportes e a novidade desta edição é a inclusão do futebol feminino na categoria Livre. As inscrições podem ser realizadas até o dia 31 de julho na sede da Caixa dos Servidores, na Rua Antônio Maria Coelho, 6.065, das 8h às 11h e das 14h às 16h, no setor Financeiro. O valor da inscrição é R\$ 400,00, mais cheque caução no valor de R\$ 500,00.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A copa será disputada em duas categorias: Livre e Veterano (acima de 40 anos) e a edição deste



O campeonato, que já é tradição entre os servidores públicos, nesta edição inclui futebol feminino

ano vai apresentar duas novidades: a inscrição on line de atletas e a inclusão do futebol feminino na categoria Livre. No ato da inscrição, o responsável pelo time receberá login e senha para acesso ao site da Copa e, assim, inscrever os atletas, que deverá ser feita até 72 horas antes do jogo.

O coordenador da Copa Cassems, Wilson Xavier Paiva, explica que a inclusão do futebol feminino na competição aconteceu para atender diversos pedidos das servidoras que também queriam participar do campeonato.

"É com muito prazer que a Cassems convida todos

os servidores públicos estaduais, seus dependentes e agregados, para participar da '10ª Copa Saúde Cassems de Futebol Society', competição que já é destaque no meio esportivo da nossa Capital. Nesta edição, atendendo a pedidos, incluímos as mulheres na Copa, com objetivo de estimular a prática do futebol feminino como meio de melhorar a qualidade de vida e proporcionar hábitos saudáveis. Contamos com a participação dos entusiastas e amantes do futebol bem jogado", afirma.

Antes do início de cada edição da Copa acontece o Congresso Técnico, com o propósito de expor

Copa Saúde Cassems de Futebol Society

A "Copa Saúde Cassems de Futebol Society" foi criada em 2008 com o propósito de promover a saúde por meio da prática de esportes e integrar os servidores. Na primeira edição, seis equipes disputaram o campeonato e a equipe do Sindicato dos Agentes Patrimoniais foi a grande campeã. No segundo ano da copa, o número de equipes subiu para 16 e a vencedora foi a Fetems. Em 2010, foi criada a categoria Veterano e, dessa forma, 20 times disputaram o título que foi vencido pelo Sinpol, na categoria Livre, e pela Fetems na categoria Veterano. Na edição de 2011, 24 equipes disputaram os troféus nas duas categorias, sendo o time do BM/MS campeão na categoria Veterano e a ACS/1ºBPM na categoria Livre.

Em 2012, a copa voltou a ser disputada por 20 times divididos entre as duas categorias e, depois de quase 60 dias de competição, 40 jogos disputados e 183 gols marcados, a equipe dos Bombeiros sagrou-se campeã na categoria Veterano vencendo o Sinpol e o time da ACP ganhou o primeiro lugar na categoria Livre batendo o time dos Bombeiros. Na sexta edição do Copa, a equipe dos Bombeiros foi campeã na categoria Livre e a Fetems vencedora na categoria Veterano.

Em 2014, 19 equipes disputaram a sétima edição do campeonato e o time da ACP levou o título pela categoria Livre e, na categoria Veterano, a equipe dos Bombeiros sagrou-se campeã. No ano seguinte, na sua oitava edição, a equipe da ACP venceu, mais uma vez, pela categoria Livre, e os Bombeiros levaram o título na categoria Veterano. Em 2016, A ACP conquistou o terceiro título seguido, pela categoria Livre, e, dessa forma, ficou em definitivo com o troféu transitório Ricardo Ayache. Pela categoria Veterano, os Bombeiros sagraram-se campeões da nona edição da Copa Cassems.

e discutir as regras do campeonato e o seu regulamento. Cada equipe teve um representante participando do Congresso, que definiu ainda os grupos da competição, nas duas categorias, Livre

e Veterano. Neste ano, o Congresso acontece no dia 04 de agosto, às 17 horas, no auditório da sede da Cassems. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (67) 99965-8908.



W

É com muito prazer que a Cassems convida todos os servidores públicos estaduais, seus dependentes e agregados, para participar da '10ª Copa Saúde Cassems de Futebol Society', competição que já é destaque no meio esportivo da nossa Capital".

Wilson Xavier Paiva
Coordenador da Copa Cassems

À POPULAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL SERVIDORES ESTADUAIS NÃO ACEITAM ZERO DE REAJUSTE

Há dois anos o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), **não concede reajuste salarial para o funcionalismo estadual** de Mato Grosso do Sul, direito definido como Revisão Geral Anual, no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e que tem por base a reposição da inflação.

No início de 2017, mais uma vez o Governo do Estado anunciou pela imprensa **“REAJUSTE ZERO”**.

Fato repudiado publicamente pelo Fórum dos Servidores Públicos de MS, que reivindicou a abertura de diálogo com o Executivo Estadual para exigir o reajuste salarial.

Depois de diversas manifestações e protestos do Fórum, **o governador se comprometeu** a dar uma resposta sobre o reajuste em uma reunião **no dia 3 de julho, às 14h, na Governadoria**.

No entanto, caso o governador não cumpra o ato constitucional de reajustar os salários, **alertamos para a possibilidade de uma Greve Geral Unificada** do funcionalismo estadual como mecanismo de defesa dos nossos direitos.

Solicitamos ainda o **apoio da população sul-mato-grossense**, uma vez que os servidores públicos representam uma parcela significativa da economia regional, aquecendo o comércio local com os seus salários.

Neste contexto, **convidamos os servidores estaduais ativos e aposentados**, para participar de um ato público em defesa do reajuste salarial, em frente à Governadoria no dia 3 de julho, às 13h.

03/07
a partir das
13 horas
EM FRENTE
À GOVERNADORIA
SAIA DA INTERNET E VEM PRA RUA
A LUTA TAMBÉM É SUA!

